TEXTO PARA DISCUSSÃO

2361

O CAMPO DE PESQUISA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ABORDAGENS METODOLÓGICAS E DIMENSÕES ANALÍTICAS

Sandro Pereira Silva

ipea

2361
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Rio de Janeiro, janeiro de 2018

O CAMPO DE PESQUISA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ABORDAGENS METODOLÓGICAS E DIMENSÕES ANALÍTICAS

Sandro Pereira Silva[1]

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.
E-mail: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro Dyogo Henrique de Oliveira

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
Fabiano Mezadre Pompermayer

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto
Edison Benedito da Silva Filho

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Regina Alvarez

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2018

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: J23; Z13.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS 10

3 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO 11

4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA ACADÊMICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA 16

5 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA 19

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 26

REFERÊNCIAS 28

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 37

SINOPSE

O paradigma da economia solidária emergiu no fim do século XX como uma proposta de organização autogestionária do trabalho e da produção que envolve um amplo conjunto de práticas coletivas em busca de novas estratégias de inclusão social e desenvolvimento territorial. Desde então, passou a consolidar-se enquanto novo campo de pesquisa em diversas áreas do conhecimento científico, não se restringindo às ciências sociais. O objetivo deste texto foi identificar e caracterizar a publicação científica em periódicos indexados envolvendo o campo da economia solidária, em suas várias dimensões. Buscou-se enfatizar as abordagens metodológicas utilizadas pelos autores, as áreas de conhecimento em que se inserem e os principais objetos de análise observados. Espera-se com isso poder auxiliar na compreensão de um quadro geral sobre o perfil da produção nesse campo de pesquisa, além de instigar novos questionamentos para pesquisas futuras, dada a complexidade de pontos problematizados academicamente relacionados ao tema.

Palavras-chave: economia solidária; pesquisa bibliométrica; autogestão; inclusão social; desenvolvimento social.

ABSTRACT

The paradigm of solidarity economy emerged at the end of the twentieth century as a proposal of self-management organization of work and production that involves a set of collective practices in search of new strategies of social inclusion and territorial development. Since then, it has become consolidated as a new field of research in several areas of scientific knowledge, not restricted to the social sciences. The purpose of this paper is to identify and characterize a scientific publication in indexed journals involving the field of solidarity economy in its various dimensions. It was tried to emphasize the methodological approaches used by the authors, the areas of knowledge and the main objects of analysis. This article aims at helping to understand a general picture about the production profile in the field of research, as well as new questions for new research, given a complexity of problems related academically related to the theme.

Keywords: solidarity economy; bibliometric research; self-management; social inclusion; social development.

1 INTRODUÇÃO

A conjugação de ideias e modos particulares de abordagem sobre determinados fenômenos sociais permite, com o tempo, o surgimento de pontos comuns no debate acadêmico a partir da sistematização do conhecimento que vai sendo gerado. O compartilhamento desse conhecimento sistematizado, por sua vez, abre espaço para o estabelecimento de compromissos entre diferentes grupos de pesquisadores, cristalizando assim a constituição de paradigmas orientadores da prática científica. Um paradigma pode surgir com base em poucos estudos, e então aglutinar em torno de si amplas possibilidades de desenvolvimento, fortalecendo-o e atraindo novos seguidores (Kuhn, 1970).

Este trabalho aborda a inserção no campo acadêmico do paradigma da economia solidária, que emergiu nos anos finais do século XX como definidor de uma diversidade de práticas coletivas em busca de novas estratégias de inclusão social e desenvolvimento territorial. Sua temática passou a ser reconhecida enquanto fenômeno sociológico apenas recentemente, consolidando-se como um novo campo de pesquisa em diversas áreas do conhecimento científico, não se restringindo às ciências sociais.

Sua unidade básica de análise compreende um amplo conjunto de iniciativas econômicas autogestionárias que visam a garantia de trabalho e renda aos seus associados, conhecidas genericamente como empreendimentos de economia solidária (EES), cujos princípios básicos são: *i)* associação voluntária entre trabalhadores engajados em questões de interesse comum; *ii)* posse coletiva dos meios de produção; *iii)* gestão democrática do empreendimento; e *iv)* repartição da receita líquida entre os associados (Dal Ri, 1999; Singer, 2001; França Filho e Laville, 2006; Silva, 2017a). Esses empreendimentos se organizam das mais variadas formas, como cooperativas, associações, empresas recuperadas e administradas pelos próprios trabalhadores ou grupos informais de produção,[1] de caráter suprafamiliar e comunitário. Para Gaiger (2003), eles possuem a peculiaridade de desenvolverem tanto o sentido *empresarial*, em busca de resultados positivos por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais, quanto o sentido *solidário*, através da

1. Além de grupos produtivos, existem também grupos voltados para os ramos de serviços em geral, consumo e crédito, além de clubes de troca, fundos rotativos e outras experiências que abrangem a economia solidária.

cooperação entre os associados e a utilização coletiva dos recursos disponíveis em benefício de todo o grupo.

As definições existentes atualmente na literatura, embora convirjam em termos de condições básicas para a caracterização de uma iniciativa ou empreendimento de economia solidária, divergem principalmente no tocante à capacidade de transformação no cenário macrossocial sobre o qual incide. Enquanto alguns teóricos apontam tais iniciativas como respostas pontuais de grupos populares isolados e em situação de exclusão social, e por isso deveria ser adotado como paradigma de política pública no campo das relações de trabalho, outros chegam a apontá-las como instrumentos concretos para um avanço rumo à superação do capitalismo; há ainda aqueles que veem esses empreendimentos como iniciativas populares precárias e marginais; e outros as criticam por serem meras formas funcionais ao capitalismo, sem poder real de transformação da sociedade.[2]

Segundo França Filho e Laville (2006), a organização econômica e a mobilização dos recursos numa ótica solidária e cooperativa permitem abordagens distintas em suas análises, uma vez que os EES possuem como finalidade não somente a manutenção imediata de seus agentes, chamada de "reprodução simples da vida", mas principalmente ultrapassar essa fase em direção a uma "reprodução ampliada", inserida em contextos diferenciados de sociabilidade. Dois aspectos atuam conjuntamente nessa busca: *i)* a questão da participação ou engajamento das pessoas nos projetos de interesse coletivo; e *ii)* o modo de organização do trabalho, que se encontra essencialmente baseado na "solidariedade" e na mobilização coletiva de recursos endógenos. Entre os principais desafios que esses autores enumeram para se consolidar tais projetos está a busca pelo reconhecimento público sobre a especificidade deste campo de práticas sociais, que se acompanha da necessidade de construção de um novo quadro geral normativo para o trabalho associado.

Embora a origem dos debates em torno desse tema seja a Europa, com destaque especial para a sociologia econômica francesa (França Filho, 2001; 2007; Laville, 2001), o conceito de economia solidária vem se inserindo de maneira crescente como objeto de estudo de pesquisadores e instituições em todo o Brasil e também em outros países da América Latina, embora com algumas diferenças epistemológicas. Isso se

2. Sobre distintas visões acerca da economia solidária, ver a coletânea organizada por Santos (2002).

refletiu no número de trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) e publicações de diversos periódicos científicos indexados nos últimos anos (Bertucci, 2010a; Gaiger, 2012a; 2012b).

Nesse sentido, este texto teve como objetivo caracterizar o atual "estado da arte" do campo da economia solidária, em suas várias dimensões, a partir do mapeamento e da categorização da publicação científica em periódicos indexados. Buscou-se enfatizar as abordagens metodológicas utilizadas pelos autores, as áreas de conhecimento em que se inserem e os principais objetos de análise observados. Espera-se que os resultados aqui apresentados possam auxiliar na compreensão de um quadro geral sobre o perfil da produção nesse campo de pesquisa, além de instigar novos questionamentos para projetos futuros.

No entanto, é importante ressaltar alguns limites e particularidades vinculadas a este trabalho. Não foi pretensão fazer nenhuma avaliação sobre o teor qualitativo ou de relevância científica da produção aqui considerada, nem fazer juízo a respeito do prestígio dos periódicos e autores recorridos, e, sim, apenas elaborar um levantamento geral da produção científica relacionada à temática da economia solidária no Brasil, e a partir dele identificar padrões que os trabalhos apresentam em termos de evolução ao longo do tempo, categorização do seu escopo temático e perfil metodológico.[3]

Para tanto, este texto encontra-se dividido em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2 é apresentada rapidamente a metodologia empregada para o estudo bibliométrico aqui realizado. Na seção 3 é debatida a constituição do conceito de economia solidária no contexto latino-americano, em geral, e no brasileiro, em particular, bem como suas diferenças e similaridades do debate europeu. Posteriormente, na seção 4, foi descrito um resumo sobre as características gerais das pesquisas em economia solidária, sobretudo no Brasil, onde o conceito ganhou maior densidade institucional. Na seção 5 são apresentados os resultados identificados, com as principais características metodológicas e analíticas da produção científica em economia solidária. Por fim, são tecidas algumas considerações conclusivas.

3. "A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento este efetuado em razão de caracteres comuns destes elementos" (Bardin, 1977, p. 117).

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Enquanto discurso institucionalizado, a pesquisa científica se insere em um "sistema de regras pautadas por estratégias de validação", de modo que o que é observado e descoberto em um objeto, ou seja, sua objetividade, surge como resultado tanto da "interação com técnicas e formas de operacionalização, quanto das características do próprio objeto" (Spink e Menegon, 2000, p. 64). Neste caso, a construção dos pressupostos constitutivos (paradigmas) para a análise de uma determinada lógica ou estrutura epistemológica de pesquisa parte de múltiplas dimensões estratégicas. Como observado por Vergara e Peci (2003, p. 15):

> a racionalidade de uma estratégia particular de pesquisa é baseada em uma rede de pressupostos implícitos ou explícitos, relativos à ontologia e à natureza humana que definem o ponto de vista do pesquisador sobre o mundo social. Tais pressupostos fornecem os fundamentos da prática de pesquisa, inclinando o pesquisador a ver e a interpretar o mundo com base em uma perspectiva, ao invés de outra.

No caso das análises aqui pretendidas, optou-se pela realização de um levantamento bibliométrico sobre a produção científica no campo da economia solidária em periódicos indexados nos portais de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do *Scientific Periodicals Eletronic Library* (Spell) e do Scielo Brasil, por serem bases de grande representatividade sobre a produção científica no Brasil.[4] Foram selecionados somente os artigos que continham o termo "economia solidária" no assunto (ou seja, no título, entre as palavras-chave ou no corpo do resumo), independentemente da área de conhecimento.[5] Ao todo foram identificados 114 artigos, de 59 periódicos diferentes, já descontadas as duplicidades.[6]

4. O estudo de caráter bibliométrico baseia-se no mapeamento da produção bibliográfica de uma determinada área ou campo científico, durante um determinado período de tempo, para a realização de categorizações e análises particulares no intuito de identificar perfis e tendências gerais referentes a essa produção (Singleton e Straits, 1999). Vanti (2002) apontou as principais vantagens desse tipo de estudo, além apresentar a evolução de sua utilização, inclusive com o destaque para o auxílio das ferramentas atuais de informática e internet que abriram novas possibilidades para a pesquisa bibliométrica, com a chamada *webmetria*.

5. Dessa forma, não foram considerados outros conceitos similares, tais como economia popular solidária, socioeconomia solidária, economia social, entre outros. Também não foram considerados textos que abrangem aspectos particulares da economia solidária, como as finanças solidárias, o cooperativismo de crédito, o associativismo de produtores familiares, entre outros temas, mas que não expressaram o termo "economia solidária" nos campos utilizados para a seleção bibliográfica.

6. Foram utilizados somente artigos completos, descartando-se outras formas de publicações tais como ensaios, resenhas e notas técnicas.

A abrangência temporal da pesquisa foi de 2001, ano dos primeiros artigos publicados com registros nas bases, até 2015, último ano de referência, totalizando quinze anos de produção científica. A atenção se concentrou na diversidade temática, epistemológica e demográfica da produção do conjunto de áreas de pesquisas que se valem do conceito de economia solidária. Todos os textos identificados são citados nas referências finais.[7]

Buscou-se caracterizar esses artigos de acordo com as abordagens metodológicas utilizadas em três etapas. Primeiramente, se o artigo se tratar de um ensaio teórico ou uma pesquisa empírica; e se, no caso de pesquisa empírica, trata-se de uma abordagem qualitativa ou quantitativa. Posteriormente, identificaram-se os métodos utilizados nas pesquisas empíricas, no intuito de verificar os instrumentos mais privilegiados (perfil metodológico) na coleta e análise dos dados pelos autores da área na elaboração de seus artigos. Por fim, realizou-se uma caracterização dos textos com base nos assuntos centrais abordados, para se ter uma visão mais detalhada da multiplicidade de fatores que vêm sendo debatidos no campo da economia solidária.

Ressalta-se, por fim, que não coube a este trabalho discutir o surgimento de correntes epistemológicas e metodológicas diferentes que transitam em torno do campo de pesquisa sobre economia solidária, e, sim, averiguar a multiplicidade e coexistência de abordagens metodológicas que envolvem o campo.[8]

3 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO

O termo economia solidária surgiu enquanto conceito no contexto latino-americano de forte desestabilização do mercado de trabalho nos anos 1990. É nesse cenário que passou a ganhar visibilidade e ser valorizada nas agendas de movimentos sociais e sindicais (e mais tarde também pelo meio acadêmico e o setor público) na região a

7. Optou-se por não expandir a análise para outras formas de divulgação científica, como teses e dissertações, e também anais de congressos, por entender que esses trabalhos geralmente seguem como destino a publicação em periódicos científicos, o que poderia levar a sobreposições e duplas contagens.

8. É importante ressaltar ainda que em muitas das definições caracterizadas no texto, sobretudo quanto à categoria analítica e ao perfil metodológico, precisou-se fazer uso de certo grau de discricionariedade, seja pelo fato de o artigo ser um pouco difuso em sua descrição ou por não ter explícita a informação requerida. No entanto, como dúvidas dessa natureza pairaram sobre um percentual pequeno dos artigos, em hipótese alguma há qualquer comprometimento nas análises aqui realizadas, mesmo porque o objetivo é identificar tendências no campo de pesquisa, e não analisar com profundidade cada publicação.

constituição de grupos coletivos autogestionários que fazem do trabalho associado uma alternativa de inserção no circuito econômico, com vistas à geração de renda para as pessoas envolvidas (Silva, 2017b, no prelo).

O conceito foi construído ao longo do século XX na Europa, no interior da chamada "economia social". Tal expressão representa um debate sobre as possibilidades de cooperação econômica e as formas de manifestação da solidariedade na sociedade, englobando atividades econômicas, como aquelas desenvolvidas por cooperativas de trabalhadores nos mais diversos setores produtivos, e não econômicas, como o trabalho voluntário em associações de diferentes finalidades. Laville (2001) classificou tais atividades como "serviços de proximidade" (creches associativas, lugares de expressão e de atividades artísticas, iniciativas de ajuda a domicílio, de esporte ou de proteção do meio ambiente etc.), onde o laço social é valorizado por meio da reciprocidade.

Contudo, no contexto latino-americano a expressão está mais próxima de uma noção de "economia popular", fortemente marcada pela informalidade das práticas coletivas populares. O caráter econômico presente nessas experiências requer que se considere como empreendimentos de economia solidária apenas aqueles geradores de renda e trabalho ou ligados diretamente a esses, como as cooperativas de consumo e as cooperativas de crédito solidário, ou ainda os clubes de troca (Lechat, 2008). Já a solidariedade que caracteriza essas experiências remete-se "à cooperação na atividade produtiva, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos" (Gaiger, 2012a, p. 317). Dessa forma, não estariam incluídas as associações sem fins lucrativos ou filantrópicas que não produzem renda para seus sócios, típicas do chamado "terceiro setor", e que também estão contidas na noção de economia social europeia. Porém, há de se ressaltar que algumas associações que prestam serviços de apoio ou assessoramento aos empreendimentos econômicos também são reconhecidas como agentes que compõem o campo da economia solidária, por atuarem como difusores do cooperativismo e associativismo (Silva, 2016).

Há um relativo consenso na literatura de que o termo economia solidária tem sua origem no debate latino-americano em uma publicação do sociólogo chileno Luís Razeto, em 1993, quando este se referiu a uma "economia de solidariedade" como um constructo teórico elaborado a partir de conjuntos significativos de experiências econômicas (Bertucci, 2010a; e Cunha, 2012). De acordo com o próprio Razeto

(1993, p. 40), tais experiências "compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas". Paralelamente, outros autores, ligados a universidades e entidades de classe, também tratavam sobre o tema, mas com algumas variantes conceituais particulares.

No contexto brasileiro, Lechat (2004) destacou quatro eventos que contribuíram bastante para que o conceito ganhasse maior densidade teórica e inserção no debate social. O primeiro foi a constituição de uma mesa redonda durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 1995, com o tema Formas de Combate e de Resistência à Pobreza. Os trabalhos discutidos nesse evento apresentaram uma série de experiências relevantes no campo da economia popular, que foram organizados e publicados pelo pesquisador Luiz Inácio Gaiger no ano seguinte. Nessa publicação apareceu pela primeira vez o termo "empreendimentos solidários", que, segundo o organizador, "reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária" (Gaiger, 1996 *apud* Lechat, 2004, p. 130).

O segundo evento citado foi o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), que ocorreu em São Paulo, em 1996. Embora não se tenha utilizado diretamente o termo economia solidária nesse encontro, Paul Singer, no prefácio do livro que resultou do encontro, ressaltou que as experiências vivenciadas em fábricas recuperadas e autogeridas por trabalhadores, que saem do sistema assalariado para assumir seu próprio empreendimento coletivo, resultam de uma "grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e, sobretudo, muita solidariedade". É deste modo que "a economia solidária ressurge no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva" (Singer, 1997 *apud* Lechat, 2004, p. 130).

Já o terceiro evento se refere à Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (Pnud/ONU), em dezembro de 1996. Nele, o conferencista Marcos Arruda ressaltou na apresentação sobre "Globalização e Sociedade Civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa", que o cooperativismo genuinamente autogestionário e solidário deveria ser valorizado como um projeto estratégico cuja

prática poderia permitir maior inovação, tanto "no espaço da empresa-comunidade humana" como também "na relação de troca entre os diversos agentes" (Arruda, 1996 *apud* Lechat, 2004, p. 131).

As propostas e ideias surgidas nesses três eventos citados e as sínteses produzidas por Gaiger, Singer e Arruda, cada qual com suas especificidades, foram debatidas pela primeira vez em outro evento, no seminário Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia, realizado na Universidade Católica de Salvador, em 1999. Sua realização foi importante por reunir um conjunto de autores latino-americanos que trabalhavam à época com a temática do trabalho coletivo e da economia popular, mas que não se unificavam em torno de um conceito comum.[9]

Em seu conjunto, todos esses eventos foram de grande importância para que o termo economia solidária passasse a ser reconhecido como um novo conceito a ser problematizado cientificamente, envolvendo já um grupo relevante de pesquisadores. Ademais, permitiram que um amplo rol de organizações sociais e de pesquisa passasse a compartilhar um instrumental conceitual mais ou menos comum, o que forneceu uma maior densidade organizacional em volta do campo da economia solidária no Brasil.

Em termos de publicações que passaram a utilizar sistematicamente o conceito de economia solidária, os registros iniciais também são do final dos anos 1990. O autor cuja obra possui a maior importância na institucionalização e consolidação teórica do termo foi o economista Paul Singer, cujos escritos e militância política desde os anos 1970 o tornaram figura de referência no movimento sindical brasileiro. Em 1996, ele publicou pela primeira vez um texto utilizando o termo "economia solidária", no jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título *Economia Solidária Contra o Desemprego*, além de outro texto na revista *Teoria e Debate*, da Fundação Perseu Abramo. Nesses textos, o autor abordou sobre uma proposta não capitalista de enfrentamento dos crescentes índices de desemprego à época, calcada no potencial da organização autogestionária dos trabalhadores. No mesmo ano, o termo foi, pela primeira vez, utilizado para se referir a uma proposta de política pública, ao ser incluído no programa de governo do

9. Gradualmente o tema foi se inserindo nos principais congressos acadêmicos de diferentes áreas, inclusive com o lançamento de congressos específicos e interdisciplinares sobre o tema, entre eles o 1º Congresso Nacional de Pesquisadores de Economia Solidária (Conpes), em 2015.

candidato a prefeito por *São Paulo* pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que teve Singer como um de seus colaboradores de campanha. Em 1998, Singer organizou o livro *A Economia Solidária no Brasil*: *a autogestão como resposta ao desemprego*, englobando experiências de naturezas bem distintas relatadas por diversos pesquisadores nacionais. Já em 2001, Singer lançou o livro *Introdução à economia solidária*, que popularizou de vez o termo na literatura brasileira, tornando-se uma obra básica de referência para as dezenas de novos estudos que estariam por vir, inclusive aqueles que criticam suas ideias. Como reconhecimento a essa trajetória, Singer foi escolhido para comandar a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), pasta ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego criada em 2003, ano inicial do primeiro governo do presidente Lula, mantendo-se neste cargo até o início de 2016.

Outra publicação importante para o debate inicial em torno da economia solidária no Brasil foi organizado em 1999 por Neusa Maria Dal Ri, intitulado *Economia Solidária*: *o desafio da democratização das relações de trabalho* (Dal Ri, 1999).[10] O livro debateu os principais temas a serem aprofundados posteriormente, como os desafios da organização econômica autogestionária, a cultura participativa entre os trabalhadores, as bases sociais que os representam, a formação de redes no campo da economia popular, entre outros. Mas talvez a principal contribuição seja o esforço dos autores em estabelecer uma identidade cooperativista das experiências práticas e de seus movimentos sociais de representação, diferenciando-as do chamado "cooperativismo tradicional" que se constituiu no Brasil após a Lei nº 5.764/1971, e que tem na Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) sua representante nacional (Dal Ri, 1999).

Esse conjunto de atores e acontecimentos (encontros, mobilizações, publicações etc.) foi fundamental, portanto, para a apropriação conceitual do termo economia solidária e sua institucionalização discursiva, tanto no meio acadêmico como nas próprias organizações representativas dos trabalhadores. De maneira geral, entre os componentes principais envolvidos desde então no universo de pesquisa e da prática da economia solidária, pode-se destacar: *i)* os empreendimentos de economia solidária, considerados sua célula básica de representação, voltados a atividades de produção,

10. Este livro também surgiu como resultado dos debates ocorridos em um evento acadêmico, o II Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação, em novembro de 1998, no *campus* de Marília da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), cujo objetivo foi promover um intercâmbio cultural e troca de experiências entre comunidade acadêmica e entidades de trabalhadores.

prestação de serviços, finanças e consumo; *ii)* as organizações civis de apoio e fomento à economia solidária, contando com inúmeras organizações não governamentais (ONGs), universidades, entidades sindicais e organismos de pastoral social; *iii)* os órgãos de articulação política dos diversos segmentos, como os movimentos sindicais, as redes de troca, as centrais de cooperativas e os fóruns de economia solidária; e *iv)* as organizações governamentais, que desenvolvem políticas de apoio à economia solidária, seja por meio de programas específicos ou transversais (Gaiger, 2012a).

Todo esse amplo e diversificado conjunto de organizações contribuiu – direta e indiretamente – para a construção e evolução a partir do início dos anos 2000 de um campo de pesquisa de caráter multidisciplinar e diversificado em termos de estratégias metodológicas. As sessões seguintes analisam justamente como se deu esse processo.

4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA ACADÊMICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Desde que se consolidou enquanto fenômeno social de relevância para a prática científica, a temática da economia solidária tem adentrado diferentes ramos disciplinares, tais como sociologia, antropologia, economia, administração, psicologia, ciência política, entre outros. O tema passou a ser reconhecido cada vez mais por agências financiadoras, e assim vem figurando-se na agenda corrente de centros de pesquisa e pós-graduação, inclusive com a formação de redes de pesquisadores e iniciativas de cooperação internacional.[11] Como resultado, é possível encontrar centenas de publicações em forma de teses, dissertações e artigos científicos em periódicos de diferentes áreas do conhecimento, abordando múltiplas possibilidades de pesquisa.

11. No plano internacional também foram realizados eventos importantes, que culminaram inclusive na formação de redes de pesquisadores envolvidos com a temática. Em 1997, na realização do 1º Encontro Internacional sobre Globalização e Solidariedade (Ripess), em Lima no Peru, foi deliberada a criação da Ripess, com pesquisadores e organizações de diversas partes do mundo, inclusive do Brasil. Desde então, já aconteceram outros quatro encontros, sempre num intervalo de quatro anos entre cada um, no intuito de fortalecer os laços dessa rede para o desenvolvimento da pesquisa nesse campo. Na esteira da Ripess surgiu também a Rede de Investigadores Latinoamericanos de Economia Social e Solidária (Riless), que agrega pesquisadores e instituições na região. A Riless é responsável pelo primeiro periódico acadêmico criado exclusivamente no intuito de difundir pesquisas com interface com a temática da economia solidária, chamada *Otra Economia*, em circulação desde 2007. Outra rede internacional que envolve pesquisadores sobre a temática é o Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Coletiva (Ciriec) (sobre o Ciriec, ver Menezes e Morais, 2017).

A título de ilustração, Gaiger (2012a) identificou para os anos 2009 e 2011 que o número de grupos de pesquisas em economia solidária vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) saltou de 92 para 130. Já o banco de currículos *Lattes* constava no início de 2012 com 5.508 pesquisadores ligados ao tema, dos quais 1.708 são doutores e 196 bolsistas de produtividade. O número de teses e dissertações registradas no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) com referência à economia solidária também apresentou um significativo aumento nos últimos anos. Enquanto no quinquênio 1996-2000 o número foi de 36 trabalhos, com uma média anual de 7,2, elevou-se para 195 no período posterior, até 2005, com uma média de 39 trabalhos anuais, e já no quinquênio 2006-2011 esse número chegou a 404, com uma média de 80,8 por ano. Além dos trabalhos acadêmicos em universidades de todas as regiões do Brasil, há também autarquias e agências de fomento que realizam ou financiam estudos sobre o tema, tais como o Ipea[12] e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). De maneira geral, todos esses estudos compreendem as múltiplas formas de organização econômica e inserção de trabalhadores no mundo do trabalho pela via coletiva.

Bertucci (2010a) realizou uma análise mais aprofundada sobre a inserção da economia solidária no universo acadêmico brasileiro, a partir das teses de doutorado, dissertações de mestrado e dissertações de mestrado profissional publicadas e disponíveis no banco de teses da Capes. Foram identificados 226 desses trabalhos acadêmicos ao todo, entre 1998, ano da primeira publicação, até o fim de 2007, período final de sua busca.[13] O autor elaborou diversos recortes analíticos para mapear essa produção. Participaram desses trabalhos 181 orientadores diferentes, o que indica que tais pesquisas não se concentram em professores isolados, mas que diferentes pesquisadores têm tratado do tema. O autor identificou 27 áreas de conhecimento diferentes nesse conjunto de trabalhos. A área das ciências sociais é a que mais concentra, mas também há registros em administração, direito, economia, ciência política, psicologia, vários ramos da engenharia, agronomia, história, entre outros. Dentre os pontos positivos

12. Entre outras publicações, o Ipea lança semestralmente o seu *Boletim de mercado de trabalho: conjuntura e análise*, que possui uma seção chamada *Economia solidária e políticas públicas*, com textos em formato de nota técnica abordando diferentes aspectos relacionados à economia solidária, de autoria de pesquisas do próprio Ipea e também de outros organismos de pesquisa. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=362>.

13. O primeiro trabalho de pós-graduação a conter o termo economia solidária em seu resumo foi defendido em 1998. Trata-se de uma tese de doutorado em serviço social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) (Pedrini, 1998).

apresentados sobre o tema nos trabalhos acadêmicos verificados, Bertucci (2010a, p. 156) destacou: *i)* potencialidade para o desenvolvimento local; *ii)* referencial a ser seguido por políticas públicas; *iii)* desenvolvimento da criatividade e da autonomia; e *iv)* geração de autoestima entre os membros envolvidos. Já entre os posicionamentos negativos, o destaque foi para a fragilidade de empreendimentos estudados, no caso de trabalhos empíricos, e a "funcionalidade" do projeto político da economia solidária à "hegemonia do capital e reprodução ampliada da ordem burguesa", no caso dos ensaios teóricos.

Para Gaiger (2012b, p. 5), a apropriação do conceito e o reconhecimento da importância desse tema nas instituições de pesquisa no Brasil trouxeram consigo novas demandas de conhecimentos, o que acarreta também diversos "desafios ao marco epistemológico, teórico e metodológico das ciências", estimulando assim "novos objetos investigativos e a discussão em torno de métodos e fronteiras disciplinares". No início, os estudos envolviam entidades de apoio e professores universitários em parceria, e seus primeiros meios de divulgação foram boletins informativos, revistas e livros patrocinados pelas próprias entidades, até alcançarem os meios formais de produção acadêmica em sentido estrito. As primeiras universidades que passaram a adotar o tema em seus programas de graduação e pós-graduação, de maneira geral, foram aquelas que já demonstravam um histórico de dedicação ao estudo do cooperativismo e do associativismo. Ademais, boa parte dos estudiosos do tema combina a atividade de pesquisa com alguma prática junto a grupos e empreendimentos, como assessorias, cursos de formação, palestras, ou ainda atuam em órgãos de governo que conduzem políticas públicas de apoio à economia solidária. Com isso, observa-se uma relação circular na qual as práticas e experiências no campo da economia solidária se convertem em "foco de atuação de inúmeras organizações civis, em itens das políticas públicas e em temas de pesquisa". Nesse sentido, Gaiger (2012b, p. 10) afirmou ainda que:

> pode-se considerar que a produção de conhecimentos sobre a Economia Solidária assume hoje algumas das características de uma área acadêmica própria, interdisciplinar e entrelaçada a estudos sobre temáticas afins ou sobre questões mais gerais das sociedades e da realidade global. Inicialmente, o tema ingressou nas universidades graças à militância acadêmica de alguns pesquisadores, não sem enfrentar desconhecimento e descrédito. Passados vinte anos, constitui um objeto de investigações como tantos outros, em torno do qual gravitam instituições e pessoas que se reconhecem como integrantes de um círculo acadêmico peculiar, mobilizando-se em eventos científicos, publicações e pesquisas.

Um dos espaços criados no Brasil que permite essa conexão entre a pesquisa e a ação prática refere-se às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP).[14] Atualmente, estão em funcionamento mais de oitenta ITCPs em universidades e institutos tecnológicos de todo o Brasil. Essas entidades são importantes por aliarem ensino, pesquisa e extensão universitária, tendo como eixo central o fortalecimento de experiências de economia solidária no entorno territorial onde os centros de ensino se encontram. Bertucci (2010a) já havia identificado uma relação direta entre a existência de ITCP e o número de trabalhos acadêmicos sobre o tema registrados pela universidade. Para ele, muitos estudantes quando iniciam seus primeiros estágios de pesquisa acabam se envolvendo em uma atividade de extensão ligada a uma ITCP, ou vice-versa, de modo que uma atividade estimula a outra.

Entretanto, uma carência que afeta esses pesquisadores é a falta de registros contábeis oficiais sobre a dinâmica desses empreendimentos – número de postos de trabalho, renda gerada e outros elementos que permitam uma melhor caracterização da economia solidária no Brasil –, fato que compromete principalmente análises quantitativas mais gerais sobre as diversas dimensões que envolvem a temática. Para superar parte dessa carência e também manter um cadastro básico de empreendimentos econômicos solidários para fins de política pública, a Senaes constituiu o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (Sies), que desde então se tornou a principal referência empírica para pesquisas na área. O Sies é alimentado por um mapeamento nacional desses empreendimentos, em todos os estados brasileiros, com questionários fechados abordando várias de suas dimensões operacionais. O primeiro mapeamento foi realizado entre 2005 e 2007, registrando informações de 21.859 empreendimentos em todo o território nacional. Já o segundo mapeamento do Sies foi realizado entre 2010 e 2013 (Silva e Carneiro, 2014; e Silva, 2017a).

5 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Foi identificado, a partir da consulta pelo termo "economia solidária" nas bases utilizadas, um total de 114 artigos científicos, já descontadas as duplicidades, entre um

14. Para uma avaliação geral sobre as incubadoras de empreendimentos de economia solidária no Brasil, ver Perisse *et al.* (2017).

período que vai de 2001, ano das primeiras publicações, até 2015, ano final de referência para a pesquisa. Todos esses trabalhos envolveram 203 pesquisadores, com uma ligeira predominância do sexo masculino: 52,2% de homens contra 47,8% de mulheres. Os artigos identificados se dividiram em 64 periódicos diferentes.[15] Os periódicos que superaram cinco publicações foram: *Revista Katálysis* (nove), *Cadernos Ebape.BR* (sete), *Revista Sociedade e Estado* (seis) e *Psicologia e Sociedade* (seis). Um ponto digno de nota é o caráter multidisciplinar das publicações, com periódicos indexados nas áreas de sociologia, administração, psicologia, economia, ciência política, cooperativismo, direito, educação, turismo, antropologia, engenharia, comunicação social, extensão rural, saúde pública, serviço social, políticas públicas e desenvolvimento.

As primeiras publicações registradas foram em 2001, com uma edição especial do periódico *Sociedade e Estado*. Desde então, a evolução da quantidade de publicações ano a ano demonstra que a temática foi aos poucos ganhando terreno na literatura em diversas áreas. Na primeira metade do período analisado (2001 a 2008) foram 42 publicações, o que representa uma média de 5,3 por ano. Na segunda metade (2009 a 2015) foram 72, com uma média anual de 10,4 publicações, ou seja, quase dobrando o ritmo de publicações identificadas. O ano de 2011 concentrou o maior número de publicações, com dezoito, no total.

Para efeito dos objetivos deste trabalho, buscou-se analisar as particularidades das abordagens metodológicas utilizadas nestes artigos identificados para o tratamento dos dados, de acordo com as categorizações assumidas pelos próprios autores. Ao todo, 77 artigos são de natureza empírica, e outros 37 foram desenvolvidos como ensaio teórico, com a predominância de pesquisas de natureza explicativa sobre aquelas que buscam relação de causa-efeito ou teste de hipóteses. Entre os artigos empíricos, a grande maioria deles apresenta uma abordagem metodológica qualitativa, com 64 artigos contra treze com abordagem quantitativa. A tabela 1 apresenta o número de artigos publicados em cada ano por tipo de abordagem metodológica utilizada, e o gráfico 1 mostra as linhas de evolução dos artigos de cada uma dessas abordagens ano a ano.

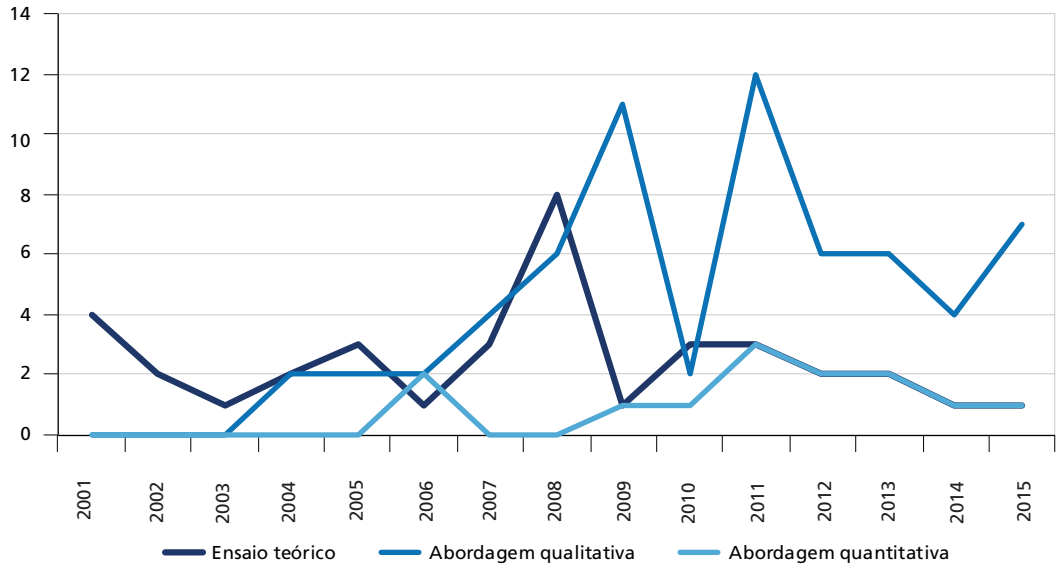
15. Embora a grande maioria dos periódicos nos portais explorados sejam brasileiros, também há registros de periódicos de outros países latino-americanos, como Argentina, Colômbia, Uruguai, Chile, Equador e México, e europeus, como Espanha, Portugal, Inglaterra e França. Para os objetivos desta pesquisa, foram considerados apenas trabalhos em periódicos brasileiros, ou então artigos de autores brasileiros em periódicos internacionais indexados pelas bases consultadas.

TABELA 1
Produção bibliográfica por abordagem metodológica

	Ensaio teórico	Pesquisas empíricas		Total
		Abordagem qualitativa	Abordagem quantitativa	
2001	4	0	0	**4**
2002	2	0	0	**2**
2003	1	0	0	**1**
2004	2	2	0	**4**
2005	3	2	0	**5**
2006	1	2	2	**5**
2007	3	4	0	**7**
2008	8	6	0	**14**
2009	1	11	1	**13**
2010	3	2	1	**6**
2011	3	12	3	**18**
2012	2	6	2	**10**
2013	2	6	2	**10**
2014	1	4	1	**6**
2015	1	7	1	**9**
Total	**37**	**64**	**13**	**114**

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.
Obs.: Algumas pesquisas bibliométricas, ao analisarem as abordagens utilizadas, incluem também uma categoria "mista", entre a qualitativa e a quantitativa. Aqui decidiu-se por classificar cada artigo apenas com essas duas possibilidades, de acordo com a abordagem predominante utilizada pelos autores.

GRÁFICO 1
Evolução da produção bibliográfica



Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.
Obs.: A partir de 2011, as curvas dos ensaios teóricos e dos estudos com abordagem quantitativa seguem a mesma trajetória.

Os artigos publicados como ensaio teórico tiveram maior participação na primeira metade do período analisado, quando responderam por mais da metade das publicações. Nos anos seguintes essa categoria perdeu peso relativo em função da elevação dos trabalhos empíricos publicados. O assunto principal identificado nesses artigos teóricos diz respeito à autogestão, um dos princípios fundamentais da economia solidária, como se pode ver em textos como os de Carvalho e Pires (2001), França Filho (2001), Tauile (2002), Ferraz e Dias (2008), Bertucci (2010b), Benini e Benini (2010), e Lima (2010). Alguns trabalhos aliaram o debate da autogestão com outros assuntos: Coutinho *et al.* (2005), Veronese e Guareschi (2005), e Loch, Amorin e Schmidt (2008) debateram a relação entre autogestão e as possibilidades de atuação da psicologia social e do trabalho; Lima (2004) discutiu sobre autogestão e resistência dos trabalhadores às transformações econômicas; e Castanheira e Pereira (2008) discutiram sobre autogestão e as motivações que conduzem a ação coletiva de trabalhadores. A discussão de outros conceitos relevantes para o tema como solidariedade, cooperação e associativismo também foi bastante marcada, como em Singer (2001), Laville (2001), França Filho (2007), Westphal (2008), Monje-Reyes (2011), e Lima e Souza (2014). Foram identificadas ainda outras discussões teóricas, como: as relações e as diferenças entre economia solidária e terceiro setor – Lechat e Barcelos (2002), e Escobar e Gutierrez (2008); as correntes e a trajetória teórica da economia solidária – Paula (2011) e Estivill (2012).

As relações teóricas entre economia solidária e ambiente econômico também são abordadas por distintas dimensões: Pedrini e Oliveira (2007) abordaram a relação entre economia solidária e combate à pobreza; Namorado (2012) e Calvo (2013) debateram as relações teóricas entre economia solidária e desenvolvimento; Kanan (2011), sobre a concepção de consumo sustentável; Arroyo (2008) discutiu as complementaridades entre associativismo e competição; Iaskio (2006), sobre a inserção de EES em ambientes competitivos; e Dagnino (2015), sobre a relação entre universidade e tecnologias sociais. Alguns artigos desenvolveram ensaios críticos aos fundamentos teóricos da economia solidária e sua natureza alternativa ao capitalismo, como os de Wellen (2008) e Sousa (2008). Por fim, alguns assuntos que também figuraram entre os ensaios teóricos publicados são: *i)* economia solidária numa perspectiva internacional – França Filho (2004); *ii)* poder e controle organizacional em EES – Sá e Soares (2005); *iii)* Estado, movimentos sociais e políticas públicas – Singer (2009); e *iv)* catolicismo e economia solidária – Souza (2007).

Já dentre os 77 artigos identificados de natureza empírica, foi possível ver pela tabela 1 que há uma grande superioridade no uso de técnicas qualitativas no campo de

pesquisa da economia solidária. Quanto ao perfil metodológico desses artigos empíricos, foram avaliadas duas características entre eles: *i)* as estratégias de análise escolhidas pelos autores; e *ii)* as técnicas de coleta de dados utilizadas. A tabela 2 apresenta e sumariza os resultados identificados.

TABELA 2
Estratégias metodológicas e técnicas para coleta de dados

Abordagem	Estratégias metodológicas	Número	Técnicas de coleta de dados	Número
Qualitativa	Estudo de caso	27	Entrevista	36
	Pesquisa exploratória	10	Pesquisa documental	35
	Multimétodos/triangulação	8	Observação (participante e não participante)	25
	Pesquisa ação	7	Grupo focal	6
	Pesquisa etnográfica	5	Diagnóstico/planejamento participativo	3
	Histórico-institucional	3	Análise de redes sociais	2
	Trajetória de vida	2		
	Análise de discurso	1		
	Pesquisa experimental	1		
Quantitativa	Estatística descritiva	10	Tabulação de dados secundários	8
	Estatística multivariada	2	*Survey*	5
	Estatística correlacional	1		

Elaboração dos autores.

No primeiro item, percebe-se que o método de estudo de caso foi o mais utilizado entre os artigos sob abordagem qualitativa, com 27, no total.[16] As pesquisas de natureza

16. Os próprios casos estudados são de natureza bem diversa, entre eles: Carrion (2009) buscou identificar as razões do fracasso do projeto que visava implantar uma central coletiva para a comercialização de resíduos sólidos na Região Metropolitana de Porto Alegre; Marcosini (2008) analisou a construção da política pública de apoio a empreendimentos de economia solidária em Campinas/São Paulo (SP); Arakaki (2012) avaliou a articulação entre a Cooperativa Coorimbatá e a Universidade Federal de Mato Grosso na criação de uma rede de entidades que compõem o Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social; Favero e Eidelwein (2004) analisaram a relação entre psicologia comunitária e a criação de ambientes de geração de trabalho e renda junto à Cooesperança, no município de Santa Maria/Rio Grande do Sul (RS); Fonseca, Lima e Assunção (2004) focaram suas análises no processo de transmissão do conhecimento prático acumulado entre associados de uma cooperativa de produção de artefatos de couro e de material sintético; Coelho e Godoy (2011) buscaram interpretar o processo organizativo de empreendimento solidário no ramo da reciclagem, considerando suas características particulares que extrapolam a questão econômica; Caminha e Figueiredo (2011) analisaram a experiência de implantação de uma moeda social no bairro Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/Ceará (CE), pelo Banco Palmas; Cruz-Souza *et al.* (2011) analisaram os processos de incubação por parte da ITCP da Universidade Federal de São Carlos; Lima e Gomez (2008) estudaram a organização de uma cooperativa da construção civil como estratégia de resistência ao desemprego e o subemprego por parte de alguns trabalhadores; por fim, Zaar (2007) avaliou o processo de organização local de um reassentamento de agricultores familiares atingidos por barragem devido à construção de uma hidroelétrica no Rio Iguaçu, no Paraná (PR); Cardoso *et al.* (2015) analisaram o comprometimento organizacional em relação aos bens materiais e patrimoniais de uma cooperativa de reciclagem; apenas para citar alguns. Portanto, como se pode perceber, há uma grande variedade tanto de casos estudados quanto de dimensões analíticas entre as pesquisas em economia solidária.

exploratória foram utilizadas em dez artigos, e outros oito utilizaram combinações de métodos diferentes em seu desenho analítico. Outras estratégicas metodológicas de análise qualitativa também foram empregadas, como mostrado na tabela 1, o que demonstra a diversidade metodológica desses artigos, como já era esperado, dada a heterogeneidade das áreas de conhecimento que eles abrangem. No caso dos artigos quantitativos, a maior parte deles fez uso de estatísticas descritivas para elaborar suas análises.

Já em termos de técnicas ou instrumentos de coleta de dados utilizados, a tabela 1 mostra também que, entre os artigos com abordagem qualitativa, a prevalência maior foi o uso de entrevistas, seguido por análise documental e observação (participante e não participante).[17] Ressalta-se também que grande parte desses artigos apresentou combinações entre técnicas diferentes. Entre os artigos quantitativos, a técnica mais utilizada foi a exploração de banco de dados secundários. Nesse caso, o banco de dados do Sies, já citado anteriormente, teve grande importância, pois seis deles foram elaborados com tabulações e análises estatísticas a partir desses dados: Gaiger (2009; 2011; 2012a), Lima, Araújo e Rodrigues (2011), e Silva e Nagem (2012). Outro banco de dados utilizado foi o orçamento federal, por Nagem e Silva (2013), que analisaram a execução orçamentária da política nacional de economia solidária no Brasil. Os demais artigos sob a abordagem quantitativa fizeram uso de *survey* para atingir diferentes propósitos de pesquisa, como em Medeiros e Cunha (2012), Souza Neto e Valery (2010), Godoy *et al.* (2011), Gaiger (2006), e Castilho, Mariani e Garcia (2012). Como já ressaltado anteriormente, a carência em termos de bancos de dados com informações atualizadas sobre empreendimentos e outras experiências que compõem o universo da economia solidária é um fator que limita a possibilidade de expansão de pesquisas quantitativas sobre a temática.[18]

Por fim, procurou-se classificar os principais objetos de análise nos artigos empíricos sobre economia solidária, com a definição de um assunto central para cada um deles e o exercício de categorização e agrupamento desses assuntos.[19] A leitura

17. Em alguns trabalhos, a técnica da observação é descrita como complementar a outras técnicas de levantamento de dados.
18. Em geral, temáticas que utilizam abordagens mais qualitativas recorrem a técnicas como entrevistas, análise documental e observação, enquanto pesquisas sobre temas que privilegiam um enfoque mais quantitativo utilizam predominantemente bases de dados secundários ou questionários como técnica de coleta (tipo *survey*) (Sobral e Mansur, 2013).
19. Em alguns textos foi difícil definir um tema específico. Nesses casos, o esforço foi no sentido de classificá-los dentro do tema que mais se enquadrava, de acordo com os objetivos e critérios desta pesquisa.

dos textos permitiu identificar e agrupar em onze categorias temáticas, conforme demonstrado na tabela 3, com suas respectivas referências.

TABELA 3
Assuntos principais de pesquisa e suas referências

Categorias	Referências	**Total**
Empreendimentos	Andion (2005), Silva *et al.* (2006), Carrion (2009), Basso, Lemes e Silveira (2010), Coelho e Godoy (2011), Caldas *et al.* (2011), Silva *et al.* (2011), Costa *et al.* (2011), Gattai e Bernardes (2013), Morais *et al.* (2011), Silva (2012), Laville (2009), Gaiger (2006; 2009; 2011; 2012a), Godoy *et al.* (2011), Lima, Araújo e Rodrigues (2011), Silva e Nagem (2012), Dias e Souza (2014), Cardoso *et al.* (2015), Frota e Andrade (2015), Oliveira Neto *et al.* (2015)	**23**
Organização do trabalho	Fonseca, Lima e Assunção (2004), Favero e Eidelwein (2004), Barfknecht, Merlo e Nardi (2006), Leite (2007), Lima e Gomez (2008), Santos e Deluiz (2009), Silva e Oliveira (2009), Azambuja (2009), Onuma, Mafra e Moreira (2012), Araujo *et al.* (2013), Santos e Oliveira (2015), Souza Neto e Valery (2010), Zambelo (2015)	**13**
Subjetividade do trabalho	Cortegoso e Porto (2007), Gonçalves (2008), Ferraz e Cavedon (2008), Dal Magro e Coutinho (2008), Santiago e Yasui (2011), Veronese e Guareschi (2009), Andrade (2013), Araújo *et al.* (2013), Santiago e Yasui (2015)	**12**
Política pública	Marcosini (2008), Silva (2009), Nagem e Silva (2013), Locks e Gugliano (2013), Alcântara (2014), Adams (2014), Boni e Vieira (2015)	**7**
Incubação	Cortegoso (2007), Lechat e Barcelos (2008), França Filho e Cunha (2009), Arakaki (2012)	**4**
Desenvolvimento comunitário	Rocha Filho e Cunha (2009), Vitcel *et al.* (2010), Mariani e Arruda (2011), Silva *et al.* (2011), Medeiros e Cunha (2012)	**5**
Educação	Meneghetti *et al.* (2013), Meneghetti (2013), Meneghetti e Barrofaldi (2015)	**3**
Juventude e associativismo	Nardi e Yates (2005), Nardi *et al.* (2006), Nardi e Rodrigues (2009)	**3**
Finanças/moedas sociais	Caminha e Figueiredo (2011), Maia (2014), Echegaray (2011), Freitas, Amodeo e Silva (2012)	**4**
Movimentos sociais	Silva e Oliveira (2011), Gattai e Bernardes (2013)	**2**
Manifestações culturais	Cunha e Barbosa (2007)	**1**

Fonte: Banco de dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Como se pode notar, a maior parte dos textos teve como assunto principal a análise de empreendimentos, com 23 publicações. Tais artigos destacaram diversos aspectos da organização econômica e administrativa dos empreendimentos analisados, como: *i)* qualidade dos produtos e satisfação dos consumidores (Godoy *et al.*, 2011); *ii)* vantagens comparativas dos formatos coletivos (Gaiger, 2006; 2011); *iii)* indicadores de solidarismo e de eficiência dos empreendimentos (Gaiger, 2012a); *iv)* controles financeiros e planos de negócios (Caldas *et al.*, 2011; Silva *et al.*, 2011); *v)* democracia nos processos decisórios (Locks e Gugliano, 2013); *vi)* adoção de tecnologias de informação (Costa *et al.*, 2011; Braz e Cardoso, 2013); *vii)* relação entre EES e desenvolvimento social (Andion, 2005; Basso, Lemes e Silveira, 2010); *viii)* inovações em empreendimentos de economia solidária (Carrion, 2009); *ix)* comparações entre variáveis econômicas e organizativas de EES de diferentes estados do Brasil (Silva *et al.*,

2006; e Silva e Nagem, 2012); e *x)* impactos do personalismo e do patriarcalismo nos problemas de gestão (Frota e Andrade, 2015).

A organização do trabalho nos empreendimentos de economia solidária também foi um assunto bem significativo entre os textos, com treze publicações. De modo geral, esses trabalhos tratam dos processos internos de autogestão nos EES e os mecanismos de internalização do associativismo no processo produtivo e/ou na comercialização de bens e serviços. A questão da subjetividade do trabalho foi destacada em doze artigos, sobretudo no campo da psicologia, enfatizando questões como a motivação por fazer parte e ser coproprietário de empreendimentos coletivos, bem como a geração de autoestima de trabalhadores que se envolvem nesses projetos para se reinserirem no mundo do trabalho e garantir sua autonomia na geração de renda. A junção desses dois temas ressalta a questão da centralidade do trabalho nos estudos sobre economia solidária.

Outro tema recorrente foi a relação entre economia solidária e políticas públicas, com seis artigos identificados. Interessante ressaltar nesse tema que as análises variam bastante em termos da dimensão de política pública abordada, podendo ser desde uma análise geral da política nacional de economia solidária (Nagem e Silva, 2013), até uma análise geral das políticas municipais (Silva, 2009; e Alcântara, 2014). Outros temas identificados foram: *i)* incubação de empreendimentos; *ii)* desenvolvimento comunitário; *iii)* educação; *iv)* finanças solidárias e moedas sociais; e *v)* movimentos sociais.

Portanto, os dados sintetizados na tabela 3 reforçam a premissa apresentada desde o início deste trabalho, sobre o quanto a temática da economia solidária abrange um leque ampliado de assuntos e objetos a serem pesquisados. Tal constatação abre espaço para uma inserção da temática entre diferentes áreas do conhecimento e a utilização e conjugação de distintas abordagens metodológicas, como já vem ocorrendo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da economia solidária, como discutido neste texto, surgiu (e segue em construção) como um novo campo paradigmático de investigação científica em um período relativamente recente, ganhando espaço nos institutos de pesquisa e nos veículos de publicação científica com o tempo. O conceito foi cunhado a partir de uma

realidade latino-americana de desestruturação do mercado de trabalho e fragilidade das instituições públicas e programas sociais. Em função disso, de forma combinada com a produção acadêmica sobre o tema, com a constituição de vários programas e estruturas de apoio e fomento a suas experiências, sua inserção, tanto nos discursos e práticas dos principais movimentos sociais como na agenda governamental, também contribuiu bastante para essa institucionalização conceitual nos últimos anos.

Os resultados da pesquisa bibliométrica aqui apresentados evidenciam que o tema vem sendo objeto de interesse científico em diferentes ramos do conhecimento, não se limitando apenas às áreas das ciências sociais e econômicas. Quanto à caracterização da produção bibliográfica identificada nos periódicos, foi possível perceber que há uma grande variedade de abordagens metodológicas e enquadramentos temáticos, o que implica uma diversidade de possibilidades de análise, a depender dos objetivos dos pesquisadores. Embora a grande maioria seja de artigos empíricos, foi encontrado um número considerável de ensaios teóricos, que em geral abordam aspectos conceituais relevantes para a área como autogestão, associativismo, solidariedade como fator produtivo, além de levantarem críticas sobre a própria consistência teórica ou relevância social de suas experiências. Entre os textos empíricos, verificou-se uma predominância da adoção de abordagens qualitativas, com um perfil metodológico bastante variado e a coexistência de múltiplos instrumentos. Os métodos mais utilizados foram o estudo de caso e a pesquisa exploratória, e dentre as técnicas de coleta de dados, entrevistas e pesquisa documental. Por sua vez, os registros de estudos com abordagem quantitativa aumentaram nos anos mais recentes, sobretudo após a publicação do mapeamento nacional de economia solidária, que preencheu em parte a lacuna de dados quantitativos sobre as experiências de economia solidária no Brasil, possibilitando novos conhecimentos acerca da realidade socioeconômica de suas experiências práticas. A análise dos temas abordados nos estudos empíricos também evidenciou as múltiplas possibilidades de problematizações que o tema proporciona, sendo que os empreendimentos, bem como os determinantes e as motivações da organização do trabalho coletivo são assuntos mais comuns na produção identificada.

Com base em toda essa discussão analítica, pode-se dizer que a produção científica sobre economia solidária apresentou ao menos duas características centrais: *i)* ela é *multidisciplinar*, uma vez que se encontra fomentada por diversas áreas do saber e pela coexistência de múltiplos instrumentos de pesquisa; e *ii)* é *descentralizada*, não se concentrando em um determinado número de pesquisadores ou centros de pesquisa

específicos. Tal fato resulta justamente das diversas dimensões teóricas e de práticas sociais que abrangem o campo da economia solidária, concretizadas em suas distintas iniciativas de trabalho coletivo e representação social. Enquanto conceito, trata-se de um constructo complexo, com diferentes concepções, dimensões e contextos de aplicação que, por consequência, é compreendido sob diferentes abordagens metodológicas em vários campos da produção científica.

Por fim, é importante ressaltar que as análises aqui realizadas basearam-se em critérios próprios de caracterização, dentre inúmeras outras possibilidades de abordagens. Qualquer exercício de categorização está sujeito a algum grau de arbitrariedade e idiossincrasia por parte do autor. Ademais, o objetivo foi identificar um panorama geral quanto ao "estado da arte" da pesquisa relacionada à temática da economia solidária, para uma melhor delimitação do campo e a caracterização do seu escopo temático e opções metodológicas. Com isso, este trabalho almeja contribuir no sentido de demonstrar particularidades gerais presentes no campo de pesquisa da economia solidária, inclusive sobre sua trajetória ao longo desses quinze anos de produção em periódicos. A ideia é que essas questões levantadas e debatidas neste texto possam tanto subsidiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa (novos ou em andamento) em diferentes áreas do pensamento como também gerar novos questionamentos sobre os fenômenos sociais que podem ser enquadrados sob a lente da economia solidária.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. Educação na economia solidária: desafios e perspectivas. **Revista Educação** (UFSM), v. 39, n. 3, 2014.

ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. **Revista Interações**, v. 15, n. 1, 2014.

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, 2005.

ANDRADE, M. C. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental economia solidária. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 33, n. 1, 2013.

ARAKAKI, A. H. Sistema integrado de inovação tecnológica social: programa de incubação de empreendimentos econômicos solidários EIT-UFMT. **Revista Interações**, v. 13, n. 1, 2012.

ARAUJO, G. E. *et al.* Economia solidária à luz do ambiente isonômico de Guerreiro Ramos. **Revista Eletrônica de Ciências Administrativas**, v. 12, n. 1, 2013.

ARROYO, J. C. Cooperação econômica versus competitividade social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2008.

AZAMBUJA, L. R. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, n. 21, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARFKNECHT, K. S.; MERLO, A. R. C.; NARDI, H. C. Saúde mental e economia solidária. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, 2006.

BASSO, D.; LEMES, F. M.; SILVEIRA, D. C. Economia Solidária e dinâmica de desenvolvimento local: um estudo de empreendimentos econômicos solidários no município de Ijuí-RS. **Revista Emancipação**, v. 10, n. 1, 2010.

BENINI, É. A.; BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 2, 2010.

BERTUCCI, J. O. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária**. Brasília: UnB, 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, 2010a.

_____. Desenvolvendo a solidariedade no caminho da transição: um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx. **Revista Economia e Sociedade**, v. 19, n. 1, 2010b.

BONI, I. M.; VIEIRA, R. Turismo alternativo solidário e o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, SC. **Revista Interações**, v. 16, n. 2, 2015.

BRAZ, C. L. R.; CARDOSO, O. Economia solidária e redes sociais: antigos fenômenos, novas feições. **Organizações em Contexto**, v. 9, n. 17, 2013.

CALDAS, C. B. *et al.* Controles financeiros na economia solidária são necessários? **Revista Eletrônica de Gestão e Serviços**, v. 2, n. 2, 2011.

CALVO, V. G. Acercamiento a las prácticas de la economía social, la economía solidaria y la economía del común, ¿qué nos ofrecen? **Barataria**: Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales, n. 15, 2013.

CAMINHA, U.; FIGUEIREDO, M. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do conjunto palmeiras em Fortaleza-CE. **Revista de Direito FGV**, v. 7, n. 1, 2011.

CARDOZO, B. D. A. *et al.* Comprometimento organizacional e gestão de bens materiais e patrimoniais em um empreendimento econômico solidário. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 4, 2015.

CARRION, R. M. Competição e conflito em redes de economia solidária. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 4, 2009.

CARVALHO, R. A.; PIRES, S. D. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1, 2001.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2008.

CASTILHO, M. A.; MARIANI, M. A. P.; GARCIA, R. A. M. Economía solidaria y condiciones de autogestión en emprendimientos económicos solidarios en el municipio de Aquidauana (MS – Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 21, n. 5, 2012.

COELHO, D. B.; GODOY, A. S. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, 2011.

CORTEGOSO, A. L. Identificação e descrição de relações comportamentais na economia solidária. **Psicologia**: ciência e profissão, v. 27, n. 2, 2007.

CORTEGOSO, A. L.; PORTO, V. C. F. Comportamento humano e normas de conduta em economia solidária: relato de experiência. **Psicologia**: teoria e pesquisa, v. 23, n. 4, 2007.

COSTA, S. N. *et al.* Construção de um Website para a Cooperselecta, no Bairro Montanhão: a adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) em um empreendimento de economia solidária. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 2, n. 2, 2011.

COUTINHO, M. C. *et al.* Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, 2005.

CRUZ-SOUZA, F. *et al.* Las incubadoras universitarias de economía solidaria en Brasil. **Revesco**: revista de estudios cooperativos, v. 106, n. 4, 2011.

CUNHA, E. V.; BARBOSA, A. R. Reflexos da cultura brasileira nas expressões da dádiva em clubes de troca: O caso da II feira baiana de economia solidária. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 6, n. 2, 2007.

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias**. Brasília: UnB, 2012. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, 2012.

DAGNINO, R. Como é a universidade de que o Brasil precisa? **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 20, n. 2, 2015.

DAL MAGRO, M. L. P.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". **Revista Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 4, 2008.

DAL RI, N. M. (Org.). **Economia solidária**: o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

DIAS, T. F.; SOUZA, W. J. Gestão Social e Economia Solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró – Aprofam, Mossoró-RN. **Revista Teoria e Prática da Administração**, v. 4, n. 1, 2014.

ECHEAGARAY, M. E. S. Recrear el dinero en una economía solidaria. **Polis**, v. 10, n. 29, 2011.

ESCOBAR, J. J.; GUTIERREZ, A. C. Tercer sector y univocidad conceptual: necesidad y elementos configuradores. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2008.

ESTIVILL, J. Espacios públicos y privados: construyendo diálogos en torno a la economía solidaria public and private spaces. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, 2012.

FAVERO, E.; EIDELWEIN, K. Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 3, 2004.

FERRAZ, D. L. S.; CAVEDON, N. R. A exclusão e a inclusão social: depoimentos das praticantes da economia popular solidária. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 4, 2008.

FERRAZ, D. L. S; DIAS, P. Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. **Revista Organização & Sociedade**, v. 5, n. 46, 2008.

FONSECA, G. C.; LIMA, F. P. A.; ASSUNÇÃO, A. Transmissão do saber prático: as dificuldades do processo ensino-aprendizagem em uma cooperativa autogestionária. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 29, n. 109, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1, 2001.

_____. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 51, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

FREITAS, A. F.; AMODEO, N. B. P.; SILVA, F. D. Crédito Solidário e Desenvolvimento Local: o caso da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araponga – MG. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 19, 2012.

FROTA, L. A.; ANDRADE, A. G. A influência do patriarcalismo, personalismo e do "jeitinho" na gestão dos empreendimentos econômicos solidários. **Revista Diálogo**, n. 28, 2015.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

_____. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, 2006.

_____. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**, v. 22, n. 57, 2009.

_____. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Revista Lua Nova**, n. 83, 2011.

_____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, 2012a.

_____. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 73, 2012b.

GATTAI, S.; BERNARDES, M. A. Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, 2013.

GODOY, L. P.; FERREIRA, J. M; ALMEIDA, S. G.; GODOY, T. P.; EVANGELISTA, M. L. S. Uma análise da satisfação dos consumidores da feira de economia solidária de Santa Maria. **Revista Iberoamericana de Engenharia Industrial**, v. 2, n. 2, 2011.

GONÇALVES, A. F. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2008.

IASKIO, E. L. S. A economia solidária diante da concorrência capitalista: os limites econômicos da autogestão. **Revista Emancipação**, v. 6, n. 1, 2006.

KANAN, L. A. Consumo sustentável & economia solidária: alguns conceitos e contribuições da Psicologia. **Fractal**: revista de psicologia, v. 23, n. 3, 2011.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LAVILLE, J. L. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1, 2001.

_____. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, 2009.

LECHAT, N. M. P. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 2004.

LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas**: revista de ciências sociais, v. 2, n. 1, 2002.

_____. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos solidários. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2008.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, 2007.

LIMA, J. C. O Brasil de FHC: estado mínimo, precarização do trabalho assalariado e economia solidária. **Revista Emancipação**, v. 4, n. 1, 2004.

_____. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, v. 12, n. 25, 2010.

LIMA, J. C.; ARAÚJO, A. M. C.; RODRIGUES, C. C. P. Empreendimentos urbanos de Economia Solidária: alternativa de emprego ou política de inserção social? **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2011.

LIMA, J. C.; SOUZA, A. R. Trabalho, solidariedade social e economia solidária. **Revista Lua Nova**, v. 93, 2014.

LIMA, S. M.; GOMEZ, C. M. Construtores de casa e artífices de cidadania: modos cooperativos de trabalhar e viver. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, n. 2, 2008.

LOCH, C. L.; AMORIN, L.; SCHMIDT, L. L. Economia solidária: possibilidade de (re) humanização do trabalho. **Revista Ciências da Administração**, v. 10, n. 20, 2008.

LOCKS, P.; GUGLIANO, A. A. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, 2013.

MARCOSINI, A. F. Política pública de economia solidária: uma política em construção. **Educação Temática Digital**, v. 9, n. 02, 2008.

MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. O. P. A economia solidária como elemento fomentador do desenvolvimento local de Corumbá/MS/Brasil face à inserção dos pescadores artesanais na atividade do turismo. **Pasos**: revista de turismo y patrimonio cultural, v. 9, n. 4, p. 613-622, 2011.

MEDEIROS, A. C.; CUNHA, E. V. Economia solidária e desenvolvimento local: a prática dos empreendimentos econômicos solidários na região do Cariri Cearense. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, 2012.

MENEGHETTI, R. C. Educação matemática e economia solidária: uma aproximação por meio da etnomatemática. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, v. 6, n. 1, 2013.

MENEGHETTI, R. C. G. *et al.* Sobre três processos educativos em educação matemática para empreendimentos em economia solidária. **Revista Reflexão & Ação**, v. 21, n. 1, 2013.

MENEGHETTI, R. C. G.; BARROFALDI, R. C. Z. Práticas efetivas em educação matemática no contexto de um banco comunitário. **Revista Bolema**, v. 29, n. 53, 2015.

MENEZES, D. F.; MORAIS, L. P. Em busca de avanços teóricos acerca da economia social e solidária: a contribuição do Ciriec – Brasil. **Mercado de Trabalho**: acompanhamento e análise, Brasília: Ipea, 2017. n. 63.

MONJE-REYES, P. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, 2011.

MORAIS, E. E. *et al.* Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, 2011.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, 2013.

NAMORADO, R. Para uma economia solidária: a partir do caso português. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, 2012.

NARDI, H. C. *et al.* Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária. **Psicologia**: reflexão e crítica, v. 19, n. 2, 2006.

NARDI, H. C.; RODRIGUES, M. C. Solidariedade, competitividade e reflexão ética nos contextos da nova economia e da economia solidária. **Psico**, v. 40, n. 4, 2009.

NARDI, H. C.; YATES, D. B. Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia e à economia solidária. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 1, 2005.

OLIVEIRA NETO, G. C. *et al.* Governança corporativa voltada à Produção Mais Limpa. **Revista Gestão & Produção**, v. 22, n. 1, 2015.

ONUMA, F. M. S.; MAFRA, F. L. N.; MOREIRA, L. B. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, Unisol e Unitrabalho. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, 2012.

PAULA, A. P. P. A Economia Solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 57, 2011.

PEDRINI, D. M. **Entre laços e nós** – associativismo, autogestão, identidade coletiva: a empresa de produção socializada EAPS Brusque/SC. 1998. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

PEDRINI, D. M.; OLIVEIRA, A. L. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. **Revista Emancipação**, v. 7, n. 1, 2007.

PERISSE, C. *et al.* A avaliação do Proninc 2017: metodologia e resultados. *In*: **Mercado de trabalho**: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2017. v. 63.

RAZETO, L. **Los caminos de la economía de solidariedad**. Santiago: Vivarium, 1993.

ROCHA FILHO, A. N.; CUNHA, L. A. Economia solidária: alternativa de desenvolvimento, geração de trabalho, renda e resistência à exclusão social. **Revista Emancipação**, v. 9, n. 1, 2009.

SÁ, M. G.; SOARES, G. J. V. Reflexões sobre poder e controle nas Organizações da Economia Solidária (OES). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 2, 2005.

SANTIAGO, E.; YASUI, S. E. O trabalho como dispositivo de atenção em saúde mental. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 10, n. 1, 2011.

_____. Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, 2015.

SANTOS, A. M.; DELUIZ, N. Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 2, 2009.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, J. C.; OLIVEIRA, B. A. M. Possibilidades para a psicologia na economia solidária. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, 2015.

SILVA, F. A. *et al.* Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado cruz. **Revista Eletrônica de Ciências Administrativas**, v. 10, n. 2, 2011.

SILVA, L. T. Concepção de trabalho utilizado nos empreendimentos solidários: Experiência do centro de economia solidária da Bahia-Cesol. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, nº 2, 2012.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de economia solidária. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 1, 2009.

_____. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento. **Revista Sociologias**, v. 13, n. 28, 2011.

SILVA, S. P. Economia solidária e políticas públicas de desenvolvimento local: uma análise de dois programas de gestão pública no Brasil. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 2, n. 3, 2009.

_____. A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo. **Otra Economia**: revista latinoamericana de economia social y solidaria, v. 4, n. 7, 2010.

_____. Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória. **Mercado de Trabalho**: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2016. v. 61.

_____. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017a. (Texto para Discussão, n. 1945).

_____. **Laços na diversidade**: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil. Brasília: Ipea, 2017b. (Texto para Discussão, no prelo).

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil. *In*: **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise, n. 57. Brasília: Ipea, 2014.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. **REN**: Revista de Economia do Nordeste, v. 43, n. 2, 2012.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1, 2001.

_____. Relaciones entre sociedad y Estado en la economía solidaria. **Íconos**: revista de ciencias sociales, n. 33, 2009.

SINGLETON, R. A.; STRAITS, B. C. **Approaches to social research**. New York: Oxford University Press, 1999.

SOBRAL, F. J. B. A.; MANSUR, J. A. Produção científica brasileira em comportamento organizacional no período 2000-2010. **RAE**: revista de administração de empresas, v. 53, n. 1. 2013.

SOUSA, D. N. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 11, 2008.

SOUZA, A. R. Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. **Religião & Sociedade**, v. 27, n. 1, 2007.

SOUZA NETO, M. P.; VALERY, F. D. O doce sabor da cooperação: uma matriz de relacionamento colaborativo na economia solidária. **RMPE**: revista da micro e pequena empresa, v. 4, n. 1, 2010.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. *In*: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2000.

TAUILE, R. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 6, n. 1, 2002.

VANTI, N. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, 2002.

VERGARA, S. C.; PECI, A. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. **Organizações e Sociedade**, v. 10, n. 27, 2003.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, 2005.

_____. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, 2009.

VITCEL, M. S. *et al.* Contribuições da economia solidária para o desenvolvimento regional sustentável: o caso da Incubadora Itecsol da Unijuí. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 8, n. 16, 2010.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2008.

WESTPHAL, V. H. Diferentes matizes da idéia de solidariedade. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2008.

ZAAR, M. La economía solidaria como solución a la agricultura familar: el caso del reassentamento São Francisco, Cascavel, Paraná, Brasil. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 11, n. 245, 2007.

ZAMBELO, E. A Economia Solidária como um princípio de organização do trabalho: formação e assessoria técnica para catadores de material reciclável. **Revista Gepros**, v. 10, n. 2, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, H.; SILVA, F. Economia solidária: um novo paradigma de política pública? **Boletim de Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, n. 28. Brasília: Ipea, 2005.

BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. Os dilemas da economia solidária. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 2, 2009.

CORIOLANO, L. N.; ALMEIDA, H. M. O turismo no Nordeste brasileiro: dos *resorts* aos núcleos de economia solidária. **Scripta Nova**: revista eletrônica de geografía y ciencias sociales, v. 11, n. 247, 2007.

GUARESCHI, P. A.; VERONESE, M. V. Por que trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. **Psico**, v. 40, n. 1, 2009.

KAWAHALA, E. *et al.* Saúde mental e economia solidária: estratégias de reabilitação psicossocial. **Extensio**: revista eletrônica de extensão, v. 6, n. 7, 2009.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Andrea Bossle de Abreu

Revisão
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Elaine Oliveira Couto
Lara Alves dos Santos Ferreira de Souza
Luciana Nogueira Duarte
Mariana Silva de Lima
Vivian Barros Volotão Santos
Bruna Oliveira Ranquine da Rocha (estagiária)
Cynthia Neves Guilhon (estagiária)

Editoração
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Mayana Mendes de Mattos (estagiária)
Vinícius Arruda de Souza (estagiário)

Capa
Danielle de Oliveira Ayres
Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Rio de Janeiro-RJ

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

ISSN 1415-4765